

APROVADO

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Em 21, 03, 1994

*[Assinatura]*  
Presidente

1994

REQUERIMENTO Nº

342

Para 1.ª Reunião

Em 21, 03, 1994

*[Assinatura]*  
Presidente

Requerido à Mesa Diretora, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja consignado em Ata voto de apoio desta casa ao Movimento pela ética na Política.

JUSTIFICATIVA :

O Movimento pela ética na Política é uma articulação que congrega vários setores da sociedade civil e surge num momento de constantes denúncias contra a atividade política brasileira. Ainda recentemente, todo o mar de lama levantado pelas CPI's e levado ao conhecimento público pelos meios de comunicação, evidenciou mais uma vez as práticas que levam a população ao total descrédito em relação aos políticos e, o que é mais grave, em relação às próprias instituições democráticas. O Congresso e o próprio Poder Judiciário encontram-se em cheque toda vez que homens públicos desvirtuam as suas funções e utilizam seus cargos para auferir vantagens pessoais, notadamente as de ordem financeira. Essa falta de credibilidade é uma séria ameaça ao processo democrático que, a duras penas, se procura consolidar no País. É necessário que se reverta urgentemente esse quadro, sob risco de a população não mais referendar o funcionamento dos nossos parlamentos. É dentro desta perspectiva que se coloca o Movimento pela ética na Política. Trata-se, na verdade, de um esforço para resgatar a seriedade e o bom trato da coisa pública.

Os políticos têm um papel fundamental nesta luta encampada pelo Movimento. Nesse momento de extrema gravidade e profundos questionamentos, todos os representantes do povo comprometidos com a credibilidade da atividade que exercem devem apoiar iniciativas como a que é levada adiante por esse grupo de pessoas e entidades. É mais: temos a obrigação de fiscalizar e cobrar punição para os que não tiverem uma conduta compatível com o cargo que ocupam.

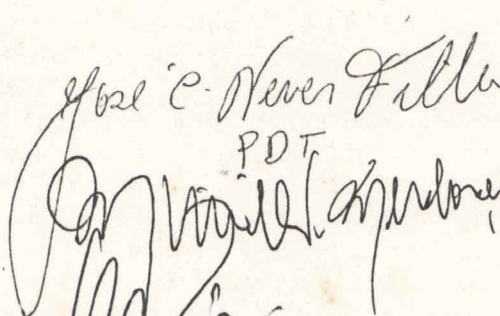
Infelizmente, ainda há aqueles que não compreendem o alcance dessa iniciativa. Políticos que reagem como quem assina um atestado de culpa pelo tipo de prática que exercem em nome da representação popular. Ainda recentemente, um vereador da Cidade de Olinda, num gesto de evidente desespero, propôs que uma integrante do Movimento fosse considerada "persona non grata" da vizinha Marim dos Caetés. Em primeiro lugar, é de se destacar a tentativa mesquinha de atribuir a uma única pessoa uma posição que pertence a um imenso grupo de pessoas e entidades. Em segundo lugar, devemos, nós, que também exercemos cargos públicos, reconhecer que é por essas e outras que a população vem nutrendo uma crescente repulsa pelos parlamentos brasileiros. Esse tipo de reação só faz enfraquecer o nosso embrionário processo

democrático, além de contribuir para jogar na vala comum do descrédito os políticos de uma forma geral.

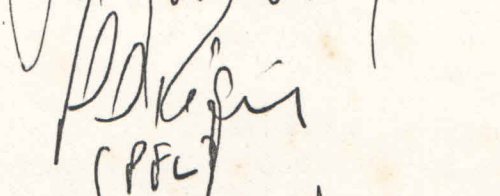
Para combater essas pessoas e defender a democracia é fundamental movimentos como o da Ética na Política. É em nome dos que realmente estão comprometidos com o bom exercício da representação popular que encaminhamos o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1994.

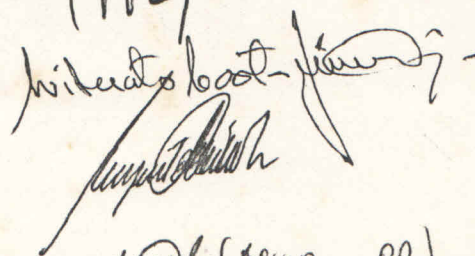
  
WALDEMAR BORGES

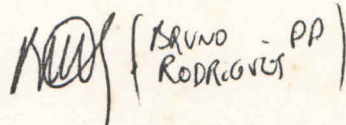
  
José C. Neves Filho  
PDT  
FERNANDO FERRO

  
ANDRÉ CAMPOS

  
PAULO RUBEM

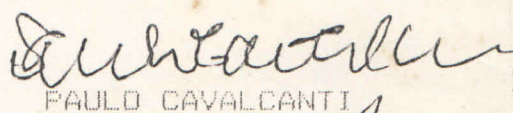
SÉRGIO LEITE

  
João Arraes - PMDB  
JOÃO ARAES

  
BRUNO RODRIGUES

JOÃO ARAES

  
JOÃO NEGROMONTE

  
PAULO CAVALCANTI

  
EDMAR MOURY FERNANDES

  
SILVIO COSTA

